



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

Uma Cartografia da Vida Cotidiana de Pessoas em Situação de Rua do DF

Janaína Coelho Barbosa

Brasília
Julho de 2017



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

Uma Cartografia da Vida Cotidiana de Pessoas em Situação de Rua do DF

Janaína Coelho Barbosa

Monografia apresentada à Faculdade Ciências da Educação e Saúde – FACES do Centro Universitário de Brasília como requisito básico para conclusão do curso de Psicologia e obtenção do grau de psicológico.

Professor orientador: Leonardo Cavalcante de Araújo Mello

Brasília
Julho de 2017



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

Folha de Avaliação

Autor: Janaína Coelho Barbosa

Título: Uma Cartografia da Vida Cotidiana de Pessoas em Situação de Rua do DF

Banca Examinadora:

Professor Orientador: Leonardo Cavalcante de Araújo Mello

Professor(a) Examinador(a)

Professor(a) Examinador(a)

Brasília
Julho de 2017

RESUMO

A população em situação de rua é um dos reflexos mais visíveis do processo de exclusão social, não só do estilo de vida capitalista, mas de toda uma condição histórica. Politicamente, os saberes são institucionalizados e essas pessoas são vítimas dos processos excludentes dessas instituições. Esse trabalho se propõe a pensar no indivíduo que vive em situação de rua de uma forma rompida com as normas sociais compreendendo as expressões causadas pelas contradições da nossa sociedade capitalista, explorando subjetividade como um processo de diferentes formas de existir no mundo, o que traz um questionamento intrigante sobre como as pessoas que se encontram nessa condição se reconhecem enquanto parte da sociedade em que vivem e de que forma criam sua configuração de existência. Essa pesquisa possui o objetivo geral de entender como pessoas em situação de rua atribuem sentidos em seu modo de vida, tendo como objetivos específicos: conhecer as suas experiências do dia a dia, suas histórias de vida, visão da dinâmica sociocultural, ressignificações de existência em sociedade e suas interações sociais no contexto de rua. Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativa, sendo o campo de investigação indivíduos em situação de rua, na cidade de Brasília/Distrito Federal. A análise de dados se deu pelo levantamento de analisadores da pesquisa-intervenção da Análise Institucional e a sistematização dos dados da pesquisa foram divididos em quatro categorias, que discutem o rompimento com os vínculos familiares causando um intenso sentimento de abandono e o encontro destrutivo com o álcool e as drogas em suas rotinas, relatos sobre o preconceito social, motivos de não utilizarem as políticas sociais, dificuldades de confiança nas interações sociais, vida sexual, as técnicas de si em uso na construção da liberdade e a percepção de existência e sonhos. Foi concluído que as ressignificações de vida para as pessoas em situação de rua são um processo árduo e que devem ser melhores aprofundadas as questões de rompimentos sociais e melhorias das políticas públicas.

Palavras chaves: População em situação de rua, subjetividade, rompimento, liberdade.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Justificativa	3
3. Embasamento Teórico	5
3.1 População de rua	5
3.1.1 Conceito e características.....	5
3.1.2 Visão e desafios socioculturais da população de rua	8
3.2 Políticas públicas para população de rua no Brasil.....	10
3.2.1 Sistemas governamentais para pessoas em situação de rua	10
3.3 Produção de subjetividade e população de rua	15
3.3.1 Foucault e a Subjetividade	16
3.3.2 Éticas do cuidado de si: entre a liberdade e a transgressão.....	18
4. Método	22
4.1 Abordagem Metodológica e Participantes	22
4.2 Análise de dados	25
4.3 Discussão de dados	28
4.3.1 Histórias de Vida.....	Erro! Indicador não definido.
4.3.2 Cotidiano nas ruas.....	Erro! Indicador não definido.
4.3.3 Interações sociais	Erro! Indicador não definido.
4.3.4 Resignificados de vida.....	Erro! Indicador não definido.
5. Considerações Finais	48
6. Referências.....	51
ANEXO A Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	59
ANEXO B Parecer	60

1. Introdução

A população em situação de rua é um dos reflexos mais visíveis do processo de exclusão social não só do estilo de vida capitalista, mas de toda uma condição histórica em que a lógica elitista ainda é a de pagar por um pedaço de terra para se viver. Existem registros de pessoas que vivem em condições de rua desde o Séc. XIV (Pastorini, 2002), sendo recentes os estudos sobre essa população.

Segundo a Secretaria Nacional de Assistência Social brasileira (2006), a população em situação de rua é heterogênea, composta por indivíduos com histórias de vida e realidade diferentes para tal condição.

No ano de 2007, foi realizada uma pesquisa nacional, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, que encontrou as seguintes características de aproximadamente 50.000 pessoas em situação de rua:

- 82% são homens; 70,9% exercem alguma atividade remunerada;
- 51,9% dos entrevistados possuem algum parente residente na cidade onde se encontram, porém, 38,9% deles não mantêm contato com estes parentes;
- A maioria (79,6%) consegue fazer ao menos uma refeição ao dia, sendo que 19,0% não conseguem se alimentar todos os dias;
- 67% são negros;
- As principais razões da situação de rua são: alcoolismo/drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%);
- 29,7% dos entrevistados afirmaram ter algum problema de saúde;
- 88,5% afirmaram não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais.

Nota-se que são diversas as situações que atravessam a vida dessas pessoas, e seria muito simplista afirmarmos, como muitas vezes acredita o senso comum, que é apenas uma

questão de condição financeira precária ou o uso de drogas. Martins (2003) define esses indivíduos como vitimados dos processos excludentes: sociais, econômicos, culturais e políticos.

Vivemos em um sistema político em que os saberes são institucionalizados. Essas instituições, como a escola, são as detentoras do conhecimento e é no exercício cotidiano da vivência desse domínio dos saberes que os papéis sociais vão se definindo, formando uma dinâmica social dominada que não questiona e não resiste a esse poder político.

Nessa linha, esse trabalho se propõe a pensar no indivíduo que vive em situação de rua de uma forma rompida com as regras, normas e leis sociais. Para tanto, considera-se que para essas pessoas serem aceitas ou inseridas na dinâmica das relações dominantes de poder, elas tenham um mínimo de exigências para serem incluídas no “jogo”, como por exemplo, moradia.

Separando o indivíduo do social, nesse caso, a pessoa em situação de rua, podemos falar de subjetividade como um processo de diferentes formas de existir no mundo (Tedesco, 2003), o que traz um questionamento intrigante sobre como as pessoas que se encontram nessa condição se reconhecem enquanto parte da sociedade em que vivem e de que forma criam sua configuração de existência.

A percepção dos eventos de pessoas que vivenciam a situação de rua vai depender da análise subjetiva de cada um (Dell’Aglia & Hutz, 2000).

Diante do exposto, essa pesquisa possui o objetivo geral de entender como pessoas na condição de rua atribuem sentidos em seu modo de vida, tendo como objetivos específicos: (a) conhecer como organizam as suas experiências do dia a dia; (b) investigar assuntos como as suas histórias de vida, visão da dinâmica sociocultural que estão inseridos e ressignificações de existência em sociedade; (c) explorar suas interações sociais no contexto de rua.

2. Justificativa

Essa pesquisa busca uma compreensão mais aprofundada sobre a população que vive em situação de rua, trazendo uma análise das configurações de subjetividade, da história de vida desses indivíduos e uma percepção de como os mesmos se reconhecem. É uma forma de ampliar o conhecimento e desconstruir preconceitos, oferecendo diferentes visões, em respeito ao ser humano.

A nossa Constituição Federal estabelece nos Artigos 5º e 6º a igualdade de todos os cidadãos brasileiros perante a lei com direitos invioláveis como a vida, a liberdade, a segurança e propriedade e os direitos sociais como saúde, educação, lazer, moradia, previdência social e outros, respectivamente (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) em seu Artigo XXII determina que toda pessoa, como membro de sociedade, tem direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao desenvolvimento livre de sua personalidade, pelo esforço nacional e cooperação internacional de cada Estado (<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>).

Diante desses direitos apresentados, discutiremos os desafios encontrados por essa população que constroem as suas vidas nas ruas e convivem com uma sociedade que a discrimina e marginaliza, como relata Di Flora (1987). Ao investigar as consequências do estigma considerou a pressão social do capitalismo como a formadora de identidades marginalizadas que pode levar esses indivíduos a sua desumanização.

Estima-se, via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas, 2015), 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil, no ano de 2015, por motivos diferenciados como rompimento de vínculos afetivos, problemas socioeconômicos, drogadição, álcool, sofrimento ou transtorno mental, entre outros. Esse número foi avaliado por um pesquisador

do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), chamado Marco Antonio Carvalho Natalino, que calculou pelas maiores regiões e municípios do Brasil, mesmo ele reforçando que não há estimativas precisas (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015).

Uma das dificuldades na definição desse segmento social se deve a escassez de pesquisas mais aprofundadas sobre essa população de forma abrangente em território nacional devido o próprio Censo, última pesquisa realizada pelo IBGE (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2000), ter dificuldade para contá-los por não terem moradia fixa. As poucas pesquisas existentes são realizadas por universidades ou municípios, o que dificulta o trabalho das assistências sociais, devido o desconhecimento real da demanda dessa população. Trata-se de problemas encontrados em nossa estrutura social, importantes de serem percebido por todos.

Dessa forma, não se trata apenas da luta por direitos e reconhecimento como cidadão ou de obter êxito nas políticas sociais, e sim, de compreender as expressões e efeitos causados e criados pelas contradições da nossa sociedade capitalista, encarando o desafio de lidar com a percepção e a participação da população de rua (Piana, 2009).

Bueno e Merhy (1997) apontam para a questão do respeito à diversidade, a humanização, para a criação de vínculos e, conseqüentemente, um acolhimento para atender adequadamente essa população, proporcionando meios para uma vida autônoma. É importante verificar se esses indivíduos desejam essa condução, saindo de um processo hierárquico em que as instituições é que possuem o poder-saber do que é considerado demanda para eles.

Esse trabalho surgiu para que se possa dialogar abertamente com essa população em busca de compreender e articular o que Foucault (1984) chama de “cuidados de si”, um direito de se desenvolver de forma diferenciada do que o Estado e a sociedade impõem, como uma busca árdua pela liberdade de ser.

3. Embasamento Teórico

3.1 População de rua

3.1.1 Conceito e características

Definir precisamente a população que vive em situação de rua é um desafio devido a sua diversidade e abrangência. Segundo o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, da Presidência da República:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

A existência de pessoas em situação de rua é um fenômeno mundial que ocorre em várias culturas. Simões (1992) coloca que existem registros de mendicância de grupos que moravam nas ruas, desde a antiguidade, e que sempre houve uma relação com a urbanização. No Império Romano e na Grécia, esse fenômeno também foi registrado.

Na Era Industrial, iniciou-se uma perseguição repressora às atividades de mendicância. Na Idade Média, a situação de rua era profissionalizada com as leis antivadiagem, que forçavam esses indivíduos a aceitarem serviços de baixa renda (Silva, 2006).

Diversos autores afirmam que as leis denominadas “antivadiagem” foram instituídas com o desenvolvimento das cidades, e que os seus espaços foram se restringindo para os usuários dessas leis. Silva (2006, p. 74) afirma que: “essas leis foram utilizadas com o fim de

forçar os trabalhadores a aceitarem empregos de baixos salários e de inibir seu deslocamento em busca de melhores condições”.

Explorando as origens da população em situação de rua, Silva (2009) estabelece o seu surgimento norteia às cidades pré-industriais europeias que se manifestaram como o reflexo da urbanização que ocorria em vários locais do mundo, em que a presença dessa população variava de acordo com o desenvolvimento do capitalismo.

O autor caracteriza essas pessoas como: um grupo diversificado, que sofre de extrema pobreza com relacionamentos familiares rompidos ou precários e sem moradia convencional fixa, indicadores que levam essa população a buscar espaços públicos como jardins, ruas, canteiros, praças, baixos de viadutos ou cemitérios, carcaças de veículos, prédios abandonados, como habitação, permanente ou temporariamente, contando algumas vezes com pernoites em moradias provisórias, abrigos, albergues, entre outros (Silva, 2009).

Rosa (2005) complementa com a questão do trabalho, em que nesse segmento encontra-se diminuídas as oportunidades do mercado formal, sobrevivendo de bicos ou atividades instáveis, mal remuneradas, para conseguirem o alimento de cada dia em que também se buscam centros de assistência social ou locais que se distribuem comida. Conta-se também não só com a violência das próprias ruas como com a opressão da polícia e drogas pesadas, como o crack.

Condeixa (1995) ressalta que na rua também se encontram trabalhadores com baixas rendas que não permitem o pagamento de uma residência assim como os que vivem da contravenção, rompidos com o sistema social, por diversos motivos.

Outra definição que podemos ter sobre esse segmento social é a de Bulla, Mendes e Prates (2004) que mostra uma visão das roupas e calçados maltrapilhos, destacando seus acessórios pessoais excêntricos, onde nota-se uma individualidade estética e reflete aos vários fatores que encaminham essas pessoas para essa condição, como: rompimentos familiares ou

amorosos, perdas significativas como entes queridos, drogadição incluindo alcoolismo, problemas de saúde mental, desemprego, fortalecendo a ideia de rupturas consecutivas na vida dessas pessoas em que se presume um alto nível de sofrimento. Existem também os “trecheiros”, pessoas que não possuem local fixo de habitação e se deslocam o tempo todo sem criar vínculos.

A vida social dessa população pode ser entendida como uma subcultura, criada inicialmente ou não em que se dividem destinos e situações semelhantes como a sobrevivência (Snow & Anderson, 1998).

Essa sobrevivência para a maioria das pessoas que vivem em situação de rua já não intimida tanto. O fato de estar na rua, passando a consolidar relações com pessoas que vivem nas mesmas condições e criando estratégias de sobrevivência como pequenas empreitadas que tragam algum rendimento, tipo vigiar carros ou catar latinhas. O tempo na rua pode trazer vários problemas de saúde física e mental por conta das drogas, alimentação precária, falta de higienização, dificuldades de atendimento médico, violência, o que pode trazer debilidades (Vieira, Bezerra & Rosa, 1994).

Tiene (2004) mostra outro cenário, analisando os desafios que ocorrem nessa realidade na questão de gênero, como as mulheres nas ruas, mesmo sendo minoria, em que os riscos de estupro, violência, prostituição, gravidez, são diferenciados de um ambiente protetor a qual a sociedade prega para elas, muitas vezes buscando companheiros nas ruas como forma de proteção e sobrevivência.

Koller e Lisboa (2007) apontam sobre a questão do desenvolvimento de crianças e adolescentes nas ruas, articulando sobre os fatores de risco que nem sempre são vistos como determinantes para o desenvolvimento, mas combinados com uma condição precária de vida e carência de possibilidades podem acentuar uma vulnerabilidade em lidar com questões de perigo.

Neiva-Silva e Koller (2002) acrescentam a gravidade desses riscos à aparência desfavorecida dos meninos e meninas de rua sem um adulto responsável.

Além de todos os problemas nas ruas que essas pessoas têm que enfrentar diariamente, as classes médias e altas ainda indignam-se com essa população vendo nela contradições sociais manifestas, reforçando assim, políticas públicas repressoras voltadas para a população de rua, como a segurança pública, criminalizando, e higienizando esse segmento. Tal fato fez com que a sociedade civil se organizasse de forma solidária para tentar atender essas pessoas, mesmo que em alcance distante das políticas públicas necessárias e tidas como direito de cidadão e dever do Estado (Wacquant, 2001).

Analisaremos as contrariedades para o surgimento de políticas que amparem e não, prejudiquem ou trucidem a população que vive em situação de rua.

3.1.2 Visão e desafios socioculturais da população de rua

A mendicância no Brasil era criminalizada desde as Leis Criminais do Império, nos artigos nº 295 e 296, sendo vista como contravenção aos valores da moral e dos bons costumes, pois rompe com o senso primordial burguês do princípio da vida social: trabalhar (Moreira, 2009).

A contravenção da mendicidade foi revogada pela Lei 11.983, de 17 de julho de 2009, do Código Penal Brasileiro, que era julgada como prática infratora que fere o dever, o que todos os cidadãos de direito deveriam desempenhar produzindo. Essa condição era entendida como uma posição antissocial punível de intolerância e repressão. No Código Penal de 1890, a condenação por mendicância e vadiagem era a extinção dos direitos políticos dessas pessoas (Moreira, 2009).

Na Constituição de 1934, ocorre uma nova perspectiva sobre as pessoas que sofriam a falta de emprego, não sendo mais vista essa condição como uma ociosidade opcional. Nesse caso, o Estado amparava o desempregado e sua família (Karvat, 1996).

Como se pode ver, a pessoa que vive em situação de rua sempre sofreu estigmas e preconceitos, sendo muitas vezes desconsiderada uma questão importante. As desvantagens de se viver nas ruas, como: violência, discriminação, ausência de vínculos ou ajuda, drogadição, alcoolismo, riscos para a saúde física e psicológica, ameaça maior de mortalidade, entre outras (Morrison, 2009; Dibben, Atherton, Doherty & Baldacchino, 2011).

Percebemos, então, que transformar a rua em moradia, nos traz uma percepção de visibilidade e exposição.

Para Costa (2007) na medida em que ganhou mais espaço e visibilidade nas ruas, essa população começou a fazer parte do cotidiano social, não podendo mais ser ignorada, conseqüentemente, discussões e curiosidades sobre o tema começaram a surgir.

Um lado positivo nessa situação foi o surgimento de uma preocupação e atendimentos a essas pessoas que iniciaram com grupos religiosos, e foram sendo transferidos para um olhar mais minucioso dessa condição. O lado negativo foi a distância entre grupos como um fator discriminatório, naturalizando e engessando os estigmas e classificações, que sem uma discussão ou conhecimento, são produzidos e reforçados diariamente (Bourdieu, 1997).

Essa intolerância inviabiliza a real condição de fragilidade física e social que dispõe as pessoas que vivem nas ruas, o que interfere e prejudica a possibilidade de reconhecimento de cidadania a que esses indivíduos têm direitos. Essa questão leva a uma identificação dominante de criminalização e perigo contra essas pessoas (Valencio, Pavan, Siena & Marchezini, 2008).

Essas condições contribuem para o sentimento de exclusão social que as rodeiam (Silva, Frazão & Linhares, 2014).

Stoffels (1977) reflete sobre os espaços ocupados pela população de rua como moral e científico, que seria a situação cotidiana na rua e o monitoramento do Estado, o que abre a discussão entre a rua e a sociedade, na tentativa de tentar definir essa complexidade debatendo sobre a luta de políticas públicas e cidadania, tendo em vista o crescimento desse movimento.

Para Ghirardi, Lopes, Barros e Galvani (2005) é importante definir as diferenças do uso que se faz do espaço público: Ficar, estar e ser da rua. Conservar uma rede de suporte social seria “ficar” na rua. Um cotidiano estruturado e construído a cada dia com moradores, seria “estar” na rua. Ter uma rotina real com moradia e serviços, desatar a rede de suporte social e ir incorporando as regras e códigos, já é “ser” da rua.

Mesmo os estudos e pesquisas sobre a população que vive em situação de rua sendo recentes e tímidos, produzem uma provocação para se legitimar esse movimento, reconhecendo seus direitos sociais enquanto problematização de demanda pública, o traz o inevitável debate sobre políticas públicas para esse segmento social (Frangella, 2009).

3.2 Políticas públicas para população de rua no Brasil

3.2.1 Sistemas governamentais para pessoas em situação de rua

Tendo em vista as discussões e olhares voltados para a população que vive em situação de rua, dispositivos para ver, registrar, falar e ouvir esse segmento têm sido inseridos para se ampliar o discurso como: artigos, monografias, pesquisas científicas e estatísticas, livros, assim como instrumentos de evidências como: fotos, câmaras, filmes, manifestações, cartazes, e ainda locais e agentes especializados como: albergues, fóruns, ONGs, movimentos sociais (Costa, 2007).

Nesse sentido, o caminho para o surgimento de políticas sociais não poderia ser outro. Conforme a Constituição Federal de 1988, as Políticas Sociais são ações do governo

concomitante com projetos e programas gerados para garantir direitos e oportunidades dignas de forma justa e equitativa para os cidadãos, assegurando educação, saúde, segurança, justiça, assistência social, habitação, alimentação, entre outros direitos (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

A Constituição Federal de 1988 também estabeleceu que a Assistência Social, juntamente da Previdência Social e Saúde, fosse agregada a Seguridade Social proporcionando a todos uma proteção. Essa proteção social seria para quem passa necessidades como desemprego e outras dificuldades (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Essas políticas são organizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que administra tanto o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é uma política pública não contributiva e interativa que organiza os programas, serviços, benefícios e projetos da assistência social em todo o país, quanto a Política Nacional de Assistência Social/2004 (PNAS) (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Esta acolhe a população em situação de rua por meio de ações de iniciativa pública e social, atendendo suas necessidades básicas como situações de risco e de debilidade social. Duas configurações caracterizam essa política: proteção social básica (prevenção) e proteção social especial (média e alta complexidade), preconizando uma intersetorialidade com outras políticas públicas (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005).

Continuando na ação intersetorial, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS - SUAS) determinou obrigatoriamente que a assistência social seja organizada de forma a criar programas encaminhados à população em situação de rua, em um sistema descentralizado e de inclusão (Junqueira, 2000).

Ainda na tentativa de apresentar possibilidades de mudança na vida das populações de rua, ocorreu em 2005, o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, que

marcou a criação de políticas públicas mais eficazes (Conselho Nacional de Assistência Social, 2009).

Em 2009, ocorreu o II Encontro Nacional sobre População de Rua em Situação de Rua. Nesse ano, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o Decreto nº 7.053/2009, instituindo a política nacional para a população em situação de rua, legitimando a construção de apoios institucionais e sociais que ofereçam programas e ações intersetoriais garantindo cidadania e permissão de acesso a bens públicos. Um dos objetivos dessa política, são as unidades de referência estratégica no SUAS que trabalham com essa população, os Centros Pop, previstos no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Conselho Nacional de Assistência Social, 2009).

Diferenciando-se do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), voltado para públicos e propostas diversas, o Centro POP atua exclusivamente com a população em situação de rua, oferecendo o Serviço Especializado em Abordagem Social. A implantação do Centro Pop considera desde o seu planejamento inicial identificar as pessoas em situação de rua providenciando sua inclusão no cadastro único para programas sociais do governo federal e promove vivências que alcancem uma possível autonomia e encoraje a participação social dessa população usuária (Conselho Nacional de Assistência Social, 2009).

Com um interesse em aproximar a atenção primária da saúde mental, o Ministério da Saúde (MS) transformou a Estratégia de Saúde da Família (ESF) em política pública do Sistema Único de Saúde (SUS) e criou a área de atuação Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) com uma equipe multidisciplinar como apoio para cuidar da saúde mental, atuando com todas as especificidades populacionais (Decreto nº 7.053, 2009).

O investimento financeiro para essa parceria ocorreu devido a criação do NASF, em que a portaria determina que os seus núcleos de atuação devem compor profissionais de

saúde de áreas diferentes atuando em conjunto com as ESF, qualificando, integrando e expandindo essas ações (Decreto nº 7.053, 2009).

Para vencer desafios encontrados pelas gestões municipais referentes à saúde, e alcançar as demandas e urgências nesse setor voltados à população em situação de rua, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 122 2, de 25 de janeiro de 2012, que estabelece o funcionamento das Equipes de Consultório na Rua adentrando esse nos serviços de atenção (Ministério da Saúde, 2012).

O Consultório na Rua (CnaR) é uma ferramenta dinâmica de saúde da Rede de Atenção Básica que realiza ações de caráter psicossocial direcionado pela Política Nacional de Atenção Básica em parceria com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e as unidades básicas de saúde, atendendo e acolhendo no próprio local, promovendo saúde e qualidade de vida e intervindo nas situações de risco, como abuso de álcool e drogadição (Ministério da Saúde, 2012).

No entanto, mesmo com uma variedade de políticas sociais, inclusive ONGs, a prática de cuidados destinada a essa população ainda é precária (Silva, Frazão & Linhares, 2014).

Para Andrade (2004) e Westphal e Mendes (2000) é recente a participação dos municípios nas políticas sociais, tendo que lidar com dificuldades como a segmentação dos serviços públicos, com estruturas hierárquicas e diversas, o que fragmenta mais ainda as relações políticas.

Uma das problemáticas dessa questão é que ainda não foram definidas de forma homogeneia as características das pessoas que vivem em situação de rua devido a sua complexidade e dimensão, para que se possa alcançar esses direitos. Ainda há ruídos na comunicação entre as instituições e a população de rua que facilitem uma rede de atendimento eficaz (Frangela, 2009).

Conforme Costa (2007) as demandas são diversas e as discursividades são competitivas e cheias de conflitos, devido o conhecimento sobre essa realidade ser limitado.

Como as pessoas que se encontram em situação de rua trazem vida ao espaço público convivendo e sobrevivendo com as suas próprias regras e dinâmica sociais de camaradagem, integrando-se em um movimento hierarquizado empobrecido e marcado em sua integridade física e mental sem os refúgios necessários para a sua subsistência (Pessanha, 1995).

Apropriar-se do espaço público traz uma discussão calorosa pelo poder público impondo repressões que higienizam, internam, chacinam, desde as forças policiais até desconhecidos, o que dificulta ainda mais o alcance das ações públicas (Pessanha, 1995).

Essas ações de controle visam o restabelecimento dos espaços públicos urbanos considerados degradados pela visibilidade de pessoas que não são reconhecidas socialmente por esses poderes e legitimam ainda mais a desigualdade e exclusão (Foucault, 1998).

Segundo Siegel (2012) as repressões do Estado em relação à população de rua, são indicadores que deixam claro a intenção de tornar invisível esse segmento, negar o seu pertencimento e existência na sociedade, discriminando de forma gritante a quão incômoda é a presença dessas pessoas e silenciando a sua luta por direitos, como segurança, educação, moradia.

Um desses direitos considerados como uma questão social importante, segundo Carneiro, Jesus e Crevelim (2010), é a saúde da população de rua, pois o seu processamento de cuidados ocorre de maneira débil, o que demanda políticas públicas funcionais e emergentes nessa área. Nessa contrariedade, Hallais e Barros (2015) apontam para o problema da “indocumentação”, uma consequência dessa invisibilidade, que é a dificuldade de se conseguir fazer cadastros em unidades de atenção básica ou retirar medicação controlada, necessários para se utilizar os serviços garantidos pelo Estado para a saúde.

Nesse sentido, Varanda e Adorno (2004) destacam a inabilidade do poder público em enfrentar as necessidades de pessoas em situação de rua, como proporcionar políticas de inclusão que promovam a isonomia na disponibilidade a serviços públicos, como se as punissem pela própria condição.

Os desafios para atender essas pessoas nessa situação de rua ainda são intensos, reconhecendo muitas vezes ações isoladas, devido a vários fatores, como falta de vínculo, dificuldade de aproximação e adesão, devido à complexidade e heterogeneidade dessa população (Carneiro, 1998).

Para explorar a nossa questão de pesquisa é importante analisar essa especificidade encontrada nessa população tão diversa.

3.3 Produção de subjetividade e população de rua

Para Bock (2004) subjetividade se define como uma síntese da individualidade de cada pessoa que vai se construindo à medida que vamos experienciando situações da nossa vida cultural e social, sendo uma forma própria de significar, sonhar, sentir, manifestar-se comportamentalmente ou afetivamente.

A subjetividade pode nos constituir como seres únicos conforme as nossas histórias pessoais e nos igualar como seres sociais conforme nossas experiências em comum dentro da objetividade social (Bock, 2004).

Em uma troca dinâmica, o indivíduo transforma e atua sobre o mundo, construindo a si próprio (Bock, Furtado & Teixeira, 1999).

Entramos na discussão da subjetividade para abordar como funciona a produção das subjetividades, revelando as relações políticas, históricas e culturais na submissão e esquivas

da fabricação do que há de mais íntimo e manifesto na população em situação de rua. A abordagem para conceber essa questão será a escola Foucaultiana.

3.3.1 Foucault e a Subjetividade

Destaco a importância de entender a particularidade da população que vive em situação de rua com uma visão Foucaultiana, pois traremos questões como as relações de poder, liberdade e resistência e autoconhecimento.

Quando Foucault (1994) fala sobre ética e liberdade como formas de resistência à dominação das instituições, ele coloca na mesa a discussão sobre a vantagem de posicionar um pensar sobre si mesmo e a própria vida, o que ele vai chamar de “técnicas de si”, que estão relacionadas com estratégias de ser devido a imposições pelo grupo social em que o indivíduo está inserido.

Foucault (1984) estuda esse fenômeno desde uma colocação da era greco-romana, em que era considerado extremamente importante devido por meio dessas técnicas, o indivíduo poder se encaminhar para uma liberdade, como uma não escravidão, um ser ético, que se autodomina e se transforma. O “cuidar de si” envolve autoconhecimento. Um conhecimento das verdades que seriam as condutas, normas e políticas que rodeiam as nossas vidas e se encontram nas relações com os outros (Foucault, 1998).

A partir desta ideia temos um dos princípios da analítica do poder: deve-se ter sempre em mente o reconhecimento de uma pluralidade de correlações de forças constitutivas das relações de poder que atravessam todo o corpo social (Deleuze, 1986).

Foucault (1984) vai chamar essas regras de relações de saber-poder institucionais que constituem as normas que geram verdades. Essas verdades são legitimadas pela sociedade

onde os indivíduos tentam se conduzir construindo saberes para se autodefinirem em uma relação de domínio e resistência, que estrutura formas de subjetivação.

Para entender essas relações de saber-poder, faz-se necessário definir o que é poder para Foucault, partindo da analítica em que existem no corpo social, em todas as relações, várias forças se enfrentando. As relações de poder seriam qualquer relação onde exista um domínio de um indivíduo sobre o outro, não apenas nas questões políticas, mas até mesmo nas relações amorosas (Foucault, 1984).

Para que o poder possa estar presente, é necessário que exista uma forma de resistência, um desejo de liberdade. Nessa lógica, então onde o poder se instala, há resistência à dominação, mas pode acontecer de no campo social a dominação ocorrer de forma tão intensa, imóvel e cristalizada, que não deixa muito espaço para a liberdade (Foucault, 1984).

Existem três níveis de poder para Foucault (1984): (1) as técnicas governamentais; (2) as relações estratégicas entre os jogos de poder e os jogos da verdade e (3) os estados de domínio sobre os outros. As práticas de si consistem, então, em jogar com esse poder com um mínimo de domínio e maior controle de si, impondo-se como um sujeito de direitos, politicamente articulando.

É importante pensar, nesse contexto, os processos de subjetividade como modos de ser no mundo, rompendo com a ideia de naturalização de leis psíquicas rígidas e delimitadas e conceber o cenário cultural, histórico e político influenciando o indivíduo (Tedesco, 2006). Desdobrar-se dessas forças constituintes é um desafio contínuo na busca de uma liberdade de novos aspectos de vida (Levy, 2003).

Foucault (1994) coloca essa situação como a de legitimar a dicotomia entre indivíduo e sociedade em um processo de individualização do social e de dessocialização do indivíduo. Em seu estudo sobre o exercício da liberdade individual, aponta que a libertação desse poder-saber, depende de estratégias construídas nas relações, nos grupos sociais, para tentar

equilibrar as posições nos jogos de poder, sendo assim, uma resistência à dominação, o que Rajchman (1985) não define como transgressão, mas um descompromisso, uma libertação para a criação de sistemas de vida originais, livres.

Magni (1994) reforça a particularidade de organização tempo-espaço-corpo em pessoas em situação de rua criando ritmos em suas dinâmicas de movimentação e simbolismos.

Para Geertz (1989) os indivíduos que vivem em situação de rua constroem as suas subjetividades por meio de ações, gestos, suas histórias de vida, das relações sociais, suas rotinas, articulando culturas, estabelecendo-se como sujeitos e construindo as suas liberdades em uma nova forma de ser no mundo. Dessa forma, podemos trazer uma reflexão sobre a construção de liberdade dessa população.

3.3.2 Éticas do cuidado de si: entre a liberdade e a transgressão

Como foi discutido, para Foucault (1984) o conceito de liberdade não é exatamente apenas uma liberação, como se através de uma história de opressão o sujeito simplesmente rompesse as correntes e pudesse se tornar um ser pleno. Para haver liberdade, nesse sentido, é também necessária uma liberação de um domínio, mas é antes necessário definir as práticas de liberdade que possa trazer satisfação em sua existência e em sua sociedade política.

Para Foucault (1994) a ética do “cuidado de si” é uma forma de praticar a liberdade. Essa ética se constitui no indivíduo como uma apropriação dos caminhos da sua própria vida, uma obra de arte que se constrói por uma sensibilidade de ver o mundo, uma estética. Essas elaborações de estratégias mútuas estabelecem posicionamentos nos jogos da verdade e poder que vão se transformando em liberdade, exercitando uma reconstrução do sujeito, o que seria

visto como uma forma de resistência à dominação, em que o poder vai ser substituído pelas práticas de liberdade.

É importante apontar um pensamento de Foucault (1979) que retira a negatividade do poder, mesmo em sua força, disfarçado de jurídico para ser tolerado, em que ele não é o empecilho da liberdade, mas a sua excitação. Existem os sujeitos que se submetem a ele, sendo considerados mal governantes de si, e os que resistem apoiados em ideologias. Essa liberdade é intransferível, só podendo ser vivenciada pelo próprio sujeito em sua experiência ética e em suas relações, e ela não tem um desfecho. É uma construção, uma luta que é de cada um.

Quando a liberdade vira uma escolha, uma edificação de uma obra de arte do sujeito sobre si, ele deixa de ser sujeito, pois não se sujeita mais, se subjetiva de outra forma e se torna seu próprio governo. Assim, então, a relação saber-poder, seria agora um outro saber, uma perdição para um encontro, um encontro com si mesmo (Foucault, 1979).

Foucault (1984) então parte para um engajamento que nos interessa: as resistências como ações políticas. Sujeitos que se reinventam socialmente, se reconstróem através das artes de si, criando novas formas de subjetividades e inventando liberdades, com uma posição crítica.

Para o autor existem três tipos de lutas: as que contestam as dominações sociais, étnicas, sexuais, as que acusam a exploração que discrimina o sujeito da sua produção e as que o submetem a dominação da sua subjetividade. Essa última é a da atualidade devido o poder político da nossa sociedade, o Estado, marginalizar os grupos que não o interessa, no caso desse trabalho, o foco é a população que vive em situação de rua (Foucault, 1984).

Tendo destacado a visão de liberdade em Foucault, podemos abordar outros conceitos sobre o assunto, que é considerado contraditório entre a população que vive nas ruas. Um conceito aceito de liberdade seria o do Dicionário Larousse da Língua Portuguesa: “Estado de

peessoa livre e isenta de restrição externa ou coação física ou moral; Poder de exercer livremente a sua vontade; Condição do ser que não vive em cativo; *Dir* Isenção de todas as restrições, exceto as prescritas pelos direitos legais de outrem; Independência, autonomia; Ousadia; Permissão” (Larousse Cultural, 1999, p. 567).

Nesse sentido, podemos dizer que viver nas ruas se ajusta a uma liberdade com regras acordadas pela convivência.

Segundo Mayol (1996) o cotidiano de um bairro é regulado pelos comportamentos emitidos pelos indivíduos e as vantagens que eles representam, se organizando pela conveniência. Esses comportamentos seriam suas companhias, vestuários, códigos de conduta, locais que frequentam, e assim, são encaixados em uma simbologia positiva ou negativa do território.

Claro que ocorrem rompimentos dessas regras com frequência, com prováveis consequências. As regras de convivência mudam de lugar para lugar e são várias, como: não dormir em um local que já é de alguém, compartilhar comida, bebida, cigarros, não tomar a área de renda dos outros, etc. (Mayol, 1996).

Analisando sobre as normas das ruas em que presumimos rupturas, rompimentos com o sistema social, Sennett (1988) vê como uma transgressão positiva em que o sujeito na situação de rua ressignifica o espaço público, transformando e reinventando lugares, valores, relações sociais, práticas do dia a dia, provocando novas concepções de público e privado, expondo a sua vida privada para o público, exibindo um cenário que às vistas da urbanidade, deveria ser invisível.

Esses novos sentidos podem ser uma forma de sentir liberdade. Uma liberdade que para Sennett (1988) fere o senso comum, devido existir uma tirania da intimidade nas sociedades atuais em que se valoriza o espaço privado, e que considera tudo o que rompe com os limites do que é privado e o que é permitido publicamente, como um comportamento

transgressor. Para o autor, quando se fala sobre o vírus da intimidade, a questão do público e privado, em que se psicologiza a vida social, torna-se evidente a superestimação da intimidade e das relações privadas em agravo às relações sociais e públicas. Essa veneração da intimidade que desvaloriza os espaços públicos é muito atual, podendo ser observado um retraimento sobre as práticas sociais, cotidianas, afetivas, consumistas, no sentido dos espaços da privacidade.

Magni (2006), então, fala sobre a movimentação e instabilidade dinâmica que incompatibiliza com a regra sedentária que caracteriza uma cidade, causando uma flexibilidade existencial que é vista como fora das regras, como transgressora.

Essa distorção do que poderia ser liberdade e é visto como transgressão direciona as políticas públicas existentes para essa população como uma forma de criminalizar esses comportamentos que fogem do que é aceito pela sociedade, aumentando assim, o perigo e não, a sua proteção, o que para Wacquant (1999) seria uma penalização para a pobreza.

Nessa discussão, faz-se necessário ir ao encontro com essa população em situação de rua para explorar a subjetividade que se encontra nessa forma de vida e entender como ela é vista por esses indivíduos.

4. Método

4.1 Abordagem Metodológica e Participantes

Foi utilizada a abordagem metodológica exploratória qualitativa na pesquisa, buscando o entendimento da subjetividade de indivíduos em situação de rua. A pesquisa qualitativa foi escolhida para esse trabalho devido analisar aspectos da percepção da realidade dessas pessoas, o que não pode ser quantificado.

Minayo (2001) define a pesquisa qualitativa como a exploração de significados, valores, motivos, crenças e ações, aprofundando nas relações e fenômenos.

Para Deslauriers (1991) no referido método de pesquisa, o cientista é sujeito e objeto simultaneamente e o trabalho é imprevisível, o que traz informações novas e enriquece a pesquisa.

O método cartográfico foi utilizado para a introdução do pesquisador em campo, buscando cenários cotidianos e o aprofundamento das relações em contato com o objeto de estudo. Segundo Deleuze e Guattari (1995) um dos princípios da atuação do rizoma, sistema conceitual aberto, é a cartografia. Um mapa aberto que vai se traçando pelas provocações e envolvimento do pesquisador na relação com o campo de pesquisa. É um método de aproximação de subjetividades em sua proporção investigativa.

Para Kastrup (2008) o método prático da cartografia não é a representação de um objeto, e sim, o acompanhamento de um processo.

No encontro com o objeto de estudo, é necessário estar alerta às eventualidades, identificar as forças de reprodução e os efeitos que compõe aquele contexto. Devemos analisar o movimento da intervenção e como ela afeta os participantes, o campo e a sua rota, atuando o pesquisador como um transformador, um condutor de passagem de uma área para outra, desterritorializando (Deleuze & Guattari, 1995).

Sendo uma das estratégias de análise da cartografia, a fabricação política de subjetividades implica uma importância aos jogos de verdade, produções de sexualidade, moralidades, estética, resistência e submissão, fazendo desse método de pesquisa uma ferramenta adequada para esse trabalho.

Nesse entendimento, Rolnik (1989) anuncia um tipo de cartografia sentimental, visando atingir a dinâmica entre afetar e ser afetado. Para a autora, o cartógrafo precisa estar introduzido nas intensidades atuais e estar em busca de linguagens emocionais, dando espaço às expressões de afeto que se apresentam em panoramas psicossociais. Nesse caso, a cartografia participa e desfaz de certos mundos, formando outros, que atualizam os afetos que vão surgindo, o que para a minha intervenção de pesquisa foi fundamental já que o que foi tocado consistiu em aprofundar novos significados e percepções de si mesmo e com o mundo.

Os locais de intervenção na cidade de Brasília/Distrito Federal se deram em locais onde se encontram pessoas em situação de rua como comércios, bares, a rodoviária de Brasília e nas observações feitas nos atendimentos para população em situação de rua no estágio do UniCeub (Centro de Ensino Unificado de Brasília) na SUAP/DPDF (Subsecretaria de Atenção Social da Defensoria Pública do Distrito Federal) junto às ações itinerantes oferecidas por esse estágio em cidades satélites de Brasília, entre Março a Julho de 2017.

As informações que envolvem a pesquisa foram descritas no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TLCE) (ANEXO), o qual esclarece o sujeito da pesquisa, podendo ele tomar livre decisão de forma justa e sem constrangimentos sobre a sua participação, levando em conta sua dignidade e autonomia, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa da fala, livre e esclarecida sem que haja qualquer tipo de prejuízo para ambos.

Não foi necessário entregar o termo aos participantes, mesmo eles tendo se posicionado em concordar participar da pesquisa, cientes de que seus dados pessoais e seus nomes serão mantidos em absoluto sigilo.

Os participantes da pesquisa foram indivíduos em situação de rua de variadas faixas etária, adultos e de ambos os sexos, que se encontram na cidade de Brasília/DF, sendo feita a intervenção de forma individual.

Para responder à questão da minha pesquisa esses indivíduos encontram-se em situação de rua e não estão nessa condição apenas por uma circunstância econômica, e sim, problemas familiares, de relacionamentos amorosos ou algum tipo de rompimento, inclusive com a vida em sociedade.

Os instrumentos utilizados para essa intervenção foram diários de campo, entrevistas abertas e observação participante, em que houve a aceitação do meu convite para com esses indivíduos à participarem em seus territórios, pelo tempo que se permitiram para uma criação de vínculo e aprofundamento da questão.

A abordagem com os participantes foram temas sobre as suas histórias de vida, percepções políticas e sociais, visão de inclusão e exclusão, valores, sonhos e autoanálise, onde gravou-se perguntas em um aparelho portátil móvel (celular) com a garantia do sigilo das participantes. Após a realização da coleta de dados, as informações coletadas foram analisadas.

Para Paulilo (2007) a entrevista aberta é o instrumento que trabalha com a espontaneidade dinâmica das palavras.

Flick (2009) argumenta que atualmente os pesquisadores tem preferido esse tipo de entrevista, devido apresentar uma liberdade maior em explorar as respostas dos entrevistados, não se prendendo a um roteiro de perguntas antecipadas.

Na observação participante o pesquisador integra-se ao grupo, tornando-se próximo aos membros e tendo um papel dinâmico e participativo, fazendo com que o observador seja, também, um observado que vivencia as atividades desse grupo. É uma forma de criar vínculos. Essa situação pode trazer algumas dificuldades como não se deixar ser influenciado por sentimentos do grupo e não perder o foco do seu objetivo (Mann, 1970).

Para que não se perca dados relevantes do trabalho, parte-se da perspectiva do diário de campo do pesquisador para anotar as observações feitas, registrar as conversas, as manifestações dos participantes e comportamentos durante a pesquisa, impressões pessoais, evitando modificações significativas que possam confundir a análise de dados (Minayo, 2010).

4.2 Análise de dados

A análise de dados se deu pelo levantamento de analisadores da pesquisa-intervenção da Análise Institucional. A produção do objeto e do conhecimento se dá no momento da intervenção, em processos dinâmicos de objetivação e subjetivação (Passos & Benevides, 2000).

Para Lourau (1975), a institucionalização busca rigidez, controle e estabilidade contra o instituído que busca mudança e inovações, o que poderia ser chamado de forças instituintes, revolucionárias. Esses elementos manifestantes que contradizem as instituições e o sistema social são os analisadores, também efeitos gritantes e conflitivos dessas forças instituintes.

Implicar, articular sobre as instituições que nos atravessam, é de importância significativa para o pesquisador, devido também estarmos atravessados por essas forças em uma produção coletiva (Lourau, 1975).

Monceau (2010) enfatiza sobre entrarmos em contato com as nossas implicações para que possamos atuar sobre as instituições. Pela pesquisa-intervenção é reforçada a ideia de que melhor se sabe da realidade quanto mais versões aparecem dela, devido ao conhecimento inicial ir se transformando quanto mais analisadores vão surgindo durante a intervenção.

No caso desse trabalho, pesquisei indivíduos em situação de rua implicando os atravessamentos institucionais ao longo de suas vidas como família, educação, trabalho, buscando analisadores que me trouxessem respostas sobre o rompimento com o sistema político, cultural e social e novas formas de ser em sociedade.

A Análise Institucional expõe as relações de poder institucionais e altera inclusive a própria instituição da análise. Ela denuncia os profissionais conhecedores do nosso sistema institucional como à disposição das forças dominantes política e social. O Movimento Institucionalista traz dois objetivos básicos: apoiar a capacidade de autoanálise e a de autogestão do comunitário (Baremlitt, 2002).

A autoanálise constitui-se em uma capacidade do social protagonizar suas necessidades, demandas, interesses, entendendo que não precisam esperar ou obedecer qualquer tipo de controle externo ou superior, institucionalizado, para desenvolverem as suas vidas. Concomitantemente o processo de autogestão acontece articulando, organizando a sua própria institucionalização, conquistando dispositivos para a produção de seus recursos de manutenção e qualidade de vida, produzindo dessa forma, saberes. Essa possibilidade dos coletivos se autossolucionarem, é odiada e dificultada pelo poder institucional fazendo com que as comunidades se sintam fracassadas e lutem para obter os seus direitos (Baremlitt, 2002).

Nossa sociedade atua com várias organizações institucionais, dispositivos como, por exemplo, a escola, que se articulam entre si, regulando vidas, materializando-se por meio dos instituídos, que são os vetores onde se cruzam essas forças instituintes (Baremlitt, 2002).

Esses cruzamentos, Guattari (2004) vai chamar de transversalidade, que seria uma amplificação da transferência e contratransferência institucionais, e o analista seria o analisador que pode tanto acusar o fenômeno, buscando os analisadores como as manifestações do inconsciente, como, também, conduzir a mudanças, produzindo conhecimento. Os analisadores na visão psicanalítica são elementos que revelam as problemáticas do sujeito.

Na análise institucional, os analisadores não são necessariamente elementos do id, ego e superego que surgem no discurso, mas fenômenos de efeitos transacionais que se articulam e se cruzam, e que se manifestam de formas diversas como: uma organização, uma regra, algo que não foi entendido, pois nunca foi revelado, uma memória, rituais, o cuidado de si, entre outros (Baremlitt, 1994).

Essas dimensões dos analisadores podem ser expressas nas entrevistas, nas conversas intersubjetivas, buscando sentidos na análise de dados do meu trabalho de pesquisa.

Outra condição do autor a ser apresentada é que os analisadores não apenas são denunciadores, mas se autoanalisam, encontram o seu próprio caminho em seu processo sendo assumidos pelo seu próprio revelador, espontaneamente, em sua vida sócio-histórico-cultural. Esses analisadores naturais resultam de forças contraditórias que atravessam as nossas vidas institucionais. Existem também os analisadores artificiais, que os interventores institucionais constroem para provocar o ambiente e se inserirem no cotidiano daquele contexto (Baremlitt, 1994).

A sistematização dos dados da pesquisa se deu em forma de categorização para posterior discussão. Para Olabuenaga e Ispizúa (1989), a categorização é um processo de reduzir os dados. Nas categorias ocorre uma síntese dos pontos mais importantes da comunicação.

4.3 Discussão de dados

Os dados foram levantados por meio de entrevistas abertas nas ruas e bares do Plano Piloto com três pessoas em situação de rua, as quais se disponibilizaram ao serem convidadas e ser explicado sobre o projeto, e por observação participante feita nos atendimentos para população em situação de rua no estágio do Uniceub (Centro de Ensino Unificado de Brasília) na SUAP/DPDF (Subsecretaria de Atenção Social da Defensoria Pública do Distrito Federal) entre Março a Julho de 2017, e nas ações itinerantes realizadas nesse estágio.

Foram utilizados diários de campo e um telefone celular para gravar as entrevistas para posterior transcrição dos dados, com a permissão dos três entrevistados.

Eu encontrei o entrevistado 1 em um estabelecimento comercial e ele se mostrou acessível ao convite, apertando a minha mão e me acompanhando até um ponto do comércio onde não houvesse barulho. Os entrevistados 2 e 3, foram convidados no local onde eles dormem. Eu cheguei de carro, acompanhada pelo dono do bar próximo de onde eles ficam e eles se revezaram para serem entrevistados individualmente. Todas as entrevistas foram realizadas no bairro Asa Norte e duraram entre 12 a 20 minutos.

O perfil dos participantes nas entrevistas foi: dois homens e uma mulher, sendo que o entrevistados 1 têm 32 anos, a entrevistada 2, 34 anos e o entrevistado 3, 44 anos, os dois primeiros deles são nascidos em Brasília e o terceiro veio do Piauí há mais de 30 anos, apenas ele é casado e tem enteados. Todos se encontram há mais de 20 anos em situação de rua em Brasília/DF.

Para análise dos dados colhidos em campo, os analisadores levantados da Análise Institucional foram separados e discutidos em quatro categorias: Histórias de vida, Cotidiano nas ruas, Interações sociais e Ressignificados de vida.

4.3.1 Histórias de Vida

Fez-se necessário conhecer a história de vida dos entrevistados para abranger uma melhor compreensão dos seus percursos e atravessamentos institucionais que cruzaram as suas biografias.

Eu identifiquei, conforme a pesquisa nacional, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de 2007, algumas características condizentes e em comum entre eles, como todos possuírem parentes na mesma cidade e manterem contato, alimentar-se consideravelmente pouco durante o dia, fazer uso abusivo de álcool e drogas, ter desavenças com familiares mais próximos e não receberem nenhum benefício do governo.

As principais causas da situação de rua, segundo o Censo Suas (2015), foram observadas nas três entrevistas, como rompimento afetivo familiar e uso de álcool e drogas. O entrevistado 1 relatou ter sido convidado a se retirar da sua família, devido ser o usuário de drogas dentre oito filhos e após a separação dos pais eles terem que se dividir em um espaço pequeno para morar. Pude perceber um consentimento desapontado na fala dele, quando ele aceita sair de casa:

Eu era o usuário de drogas da família, aí eu falei assim: eu vou aderir a esse caminho da rua [...].

A entrevistada 2 relatou sobre como se sentiu e ainda sente excluída pela irmã mais nova, que ela ajudou a criar, pelo fato de ser homossexual e alcoolista. Seus olhos se encheram de lágrimas quando ela falou desse ressentimento:

Ela não gostava de mim, dei de mamá pra ela. Eu criei ela, e hoje ela não me aceita porque eu vivo na rua. E ela fala que a casa dela não é albergue, porque quando eu era pequena, eu levava mulher, aprontava... Ela não me aceita de forma alguma.

O entrevistado 3 falou com raiva sobre o pai estar com uma mulher que só abusa dele e acusa a madrasta de ter matado sua mãe quando o mesmo era pequeno:

Entrevistadora: Você veio para Brasília com o seu pai e com a sua madrasta então?

Entrevistado 3: Ela teve ciúmes e a minha madrasta matou a minha mãe.

Eu notei nessas questões apresentadas o rompimento com os vínculos familiares causando um intenso sentimento de abandono e o encontro destrutivo com o álcool e as drogas em suas rotinas.

Uma observação importante feita durante a fala sobre as suas histórias de vida, foi que todos demonstraram dificuldades em se recordar de lembranças familiares e das suas vidas antes da situação de rua, o que leva a pensar sobre um afastamento proposital evitando-se sofrimentos e sentimentos desconfortáveis. Os erros sobre as datas de momentos de suas vidas também podem decorrer por consequências do abuso de álcool e drogas. Em todos os relatos surgem pensamentos bagunçados e tentativa de fuga de perguntas, como demonstra o entrevistado 3:

Entrevistadora: Quando sua mãe faleceu você tinha quantos anos?

Entrevistado 3: Setenta e cinco.

Entrevistadora: Você tinha quantos anos?

Entrevistado 3: 10 aninhos.

O entrevistado 3 manifestou todo o tempo da entrevista um desconforto ao falar da sua mãe, confundindo as datas ou evitando as perguntas. Eu pude perceber um tormento constante nesse sentido:

Entrevistadora: Você nasceu lá e veio pra cá?

Entrevistado 3: Eu vim de lá eu tinha 10 anos. Eu era novinho.

Entrevistadora: Você veio com quem?

Entrevistado 3: Sozinho.

Entrevistadora: Você veio sozinho criança?

Entrevistado 3: Porque a minha madrasta matou a minha mãe.

Magni (1994) descreve os processos de organização de tempo e espaço em pessoas em situação de rua como recortes da dinâmica de movimentação, criando ritmos e padrões temporais e corporais diferenciados, fazendo da rua uma dimensão de relações simbólicas e sociais com gatilhos funcionais às necessidades urgentes de vida.

4.3.2 Cotidiano nas ruas

Segundo Mayol (1996) viver nas ruas é uma adaptação de convivência com regras funcionais organizadas pela simbologia positiva ou negativa do território. Foi aprofundado nas entrevistas sobre o dia a dia dos participantes para ter uma noção de como se desenrola o processo de novos sentidos do cotidiano nas ruas.

Uma curiosidade que me sempre atordoou em relação à rotina das pessoas em situação de rua, é aonde tomam banho e fazem as suas necessidades fisiológicas.

A questão da saúde/higiene foi abordada e pelo relato de todos os entrevistados surge a noção dessa importância, mas não demonstram se importar muito sobre o assunto. O participante 1 estava com a perna ferida, mas acredita que colocar a perna no sol durante um período do dia já é suficiente para secar e curar a ferida.

A entrevistada 2 disse que às vezes, depois de duas semanas de rua, ela vai para a casa da mãe, toma um banho demorado e descansa em uma cama confortável até bater a abstinência e voltar às ruas. Durante a entrevista, ela tossia bastante enquanto fumava um cigarro, indicando provavelmente algum problema pulmonar em sua frágil aparência.

O entrevistado 3 aparece esporadicamente na casa da mulher para fazer a sua higiene e se alimentar melhor. Relembrando Vieira, Bezerra & Rosa (1994) viver nas ruas pode trazer diversos problemas de saúde por falta de tratamento médico, alimentação precária, abuso de álcool e drogas e falta de higienização.

A política nacional para a população de rua, criada no Decreto 7.053/2009, certifica apoios sociais que ofereçam locais com programas e espaço que garantam a cidadania para essas pessoas, como por exemplo, os Centros Pops, onde os entrevistados poderiam ir fazer a sua higienização do dia a dia e buscar os seus direitos a benefícios pelo CREAS (Conselho Nacional de Assistência Social, 2009). Por diversos motivos os participantes preferem não utilizar esses serviços e nem receber os seus benefícios.

O entrevistado 1 disse ir há seis anos no CDS (Centro de Desenvolvimento Social) de Taguatinga tentar receber algum benefício e não consegue. Dos três entrevistados, dois possuem o cadastro único no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), mas não recebem benefícios. As principais reclamações deles com os Centros Pops e abrigos são regras consideradas muito rígidas, o que os dificulta de cumprirem, devido assumirem um comportamento considerado transgressor quando estão alcoolizados ou sob o efeito de substâncias químicas, a situação de ter que se misturar e conviver com desconhecidos também apresenta ser inconveniente para eles.

A entrevistada 2 chegou a fazer tratamento no CAPS ad no Setor Comercial Sul por um período, mas logo desistiu. Apesar de ela ter dito que a irmã a aceitaria em casa se ela tratasse o vício em álcool e drogas, a mesma não demonstrou motivação em voltar ao CAPS.

Conforme Snow e Anderson (1998) a subcultura criada pela população em situação de rua, se baseia em situações semelhantes de vida sobrevivendo juntamente, o que pode explicar a questão citada da convivência com estranhos. O que pude analisar em suas falas sobre convivência com estranhos, é que o vínculo de confiança e segurança demora ser criado

na rua por conta de ser visto como um local de competição pela vida, em que as reações são imprevisíveis.

Como nenhum dos participantes não recebem nenhum benefício pelo Estado, questionei como eles conseguem se manter no dia a dia, se eles possuem alguma profissão. Todos alegaram ter profissões, mas que não conseguem trabalhar por falta de oportunidades no mercado, preconceito ou dificuldade físicas e psicológicas de manter um trabalho devido o vício em álcool e drogas.

O entrevistado 1 não definiu uma profissão, disse ter várias, pois sabe fazer trabalhos variados. A entrevistada 2 falou que já trabalhou com artesanato, mas que tem tempo que não corre atrás de material para esse tipo de trabalho e o entrevistado 3 disse ser servente de pedreiro, mas não consegue serviço.

Todos eles trabalham em sua rotina ou catando latinha ou material reciclável, o que segundo Vieira, Bezerra & Rosa (1994) essas pequenas empreitadas tornam-se estratégias de sobrevivência.

A fala do entrevistado 1 sobre o mercado de trabalho, reflete o que Rosa (2005) afirma sobre as chances diminuídas frente às oportunidades formais:

Ó, eu tenho várias profissão, mas só que o mercado de emprego tudo fechado, entendeu? Os itinerários, as faixas tudo aí no comércio, mas a comercialização da indústria mesmo do material, esse tipo de coisa, tá tudo, não tá sendo aceito currículo e muito menos o trabalhador também.

Nessa fala eu identifiquei um sentimento de tristeza por ele não ter se desenvolvido na questão do trabalho. Assim como quando a entrevistada 2 fala com uma certa sabedoria dos materiais para fazer artesanato, como se demonstrasse que era boa nesse tipo de serviço, mas que hoje é algo que parece distante:

Entrevistadora: Você tem alguma profissão ou algo que você gostaria de fazer?

Entrevistada 2: Artesanato.

Entrevistadora: Qual tipo?

Entrevistada 2: Bijuteria.

Entrevistadora: Você vende?

Entrevistada 2: Não. Eu faço assim: depende do material... Mas hoje eu cato latinha.

No sentido do trabalho, nota-se que não se trata apenas de cidadania ou reconhecimento de direitos, mas também de enxergar as consequências de uma sociedade capitalista e higienista no que diz respeito à inclusão, participação e produção da população de rua em sociedade (Piana, 2009).

Siegel (2012) cita a discriminação e opressão do estado direcionado a essa população numa tentativa de negar o seu pertencimento à sociedade. Todos os entrevistados reclamaram sobre a abordagem policial considerada ostensiva a eles. A revolta demonstrada sobre o assunto é presente nas expressões dos três. A entrevistada 2 disse:

Preconceito e discriminação demais tive que engolir. Da polícia, me esbarrar e tal: Já que você quer ser homem, vai levar bacu também, sendo tratada como homem.

Pessanha (1995) também discute essa questão sobre as forças policiais que dificultam as intervenções e ajudas sociais para essas pessoas, internando a força e chacinando, para tentar tirar dos olhos incômodos da sociedade essa apropriação do espaço público com as suas próprias regras.

Nota-se também, que a dificuldade em adquirir uma vestimenta considerada adequada aos padrões sociais dificulta a aceitação e inclusão da população em situação de rua, como Bulla, Mendes e Prates (2004) definem essa excentricidade no visual, e acessórios pessoais como colaborativas ao preconceito que sofrem diariamente.

O entrevistado 3 trouxe a demanda de calças e calçado que já se encontram puídas chegando a me pedir ajuda. A entrevistada 2 relatou que a irmã mais nova a trata mal, também, por essa questão quando volta para casa, esporadicamente:

Você tá pensando o que? Vai trazer sujeira, vai trazer bactéria aqui pra casa. Tem neném aqui.

Ela diz entender que bebês necessitam de um ambiente higiênico, mas fica triste, pois é só tomar um banho e ela fica limpa.

Essa questão da moradia foi questionada aos três entrevistados. O primeiro disse que “fica” pela Asa Norte em alguns pontos específicos. A entrevistada 2 disse considerar que mora na casa de sua mãe, apesar de aparecer lá de duas em duas semanas. O entrevistado 3 disse considerar morar em Brasilinha de Goiás com a mulher, apesar de aparecer esporadicamente. Ghirardi, Lopes, Barros & Galvani (2005) diferenciam essa utilização dos espaços públicos como ficar, estar e ser.

Dialogando com esses autores, o primeiro entrevistado seria considerado uma pessoa em situação de rua com uma rede de suporte social, o que é um engano nesse caso específico, devido o entrevistado se encontrar a maior parte do dia sozinho e reclamar do perigo e preocupação que sente ao acordar todos os dias:

Quando eu durmo vários mendigos vão lá, roupa, mexem nas minhas partes íntimas, e quando eu acordo sempre com aquele sono atrasado.

Eu também perguntei à entrevistada 2 sobre começava o seu dia e ela disse que às vezes ficava dias sem dormir, mas que sempre quando acorda está com ressaca e se sentindo só, o entrevistado 3 relatou já acordar pedindo para alguém dividir a compra da cachaça com ele e que os outros o excluem quando vão fumar crack.

Apesar dos entrevistados 2 e 3 considerarem morar na casa de familiares, ambos se encontram todos os dias em um ponto de uso de crack na Asa Norte, que foi onde fui convidá-los para a entrevista.

Quanto às necessidades básicas, questões que eu coloquei como intrigantes, como alimentação e uso de banheiro, todos disseram pedir dinheiro ou comida nos restaurantes, quando precisam se alimentar. Os entrevistados 2 e 3 contam às vezes com a ajuda de amigos, à qual chamam de barões, para comida e remédio.

Como não é sempre que eles conseguem se alimentar no dia a dia, o entrevistado 1 falou que quando ele não rende em sua manutenção básica, ele vai até a casa da mãe pedir dinheiro, conforme relatou:

O contato que tenho com a minha família hoje é que eu ligo pra minha mãe sempre, mas na revelia de tá buscando dinheiro, tá me submetendo a manutenção do dia a dia, mas na maioria das vezes ela sempre vem com aqueles obstáculos familiares antigos que é, há, seus irmãos tão aqui e fulana não tá. Eu sou o do meio. Aí tem esse problema de ficar falando, até que sai o dinheiro, aí já vai todo aquele desgosto na mente, o cara acaba gastando o dinheiro em coisa [...].

Nessa fala final, ele deixa subentendido que a angústia dos problemas familiares pode acabar o levando ao uso de álcool ou drogas para se afastar desse sofrimento.

Quanto ao banheiro, a entrevistada 2 simplificou:

Baixo as calças e faço.

Sennett (1998) critica o valor do que é considerado público e privado superestimando a intimidade nas relações sociais. Percebe-se na fala da entrevistada 2, que há um rompimento visto como transgressor sobre o que é considerado um local adequado para expor

a intimidade de se fazer as necessidades básicas em um lugar fechado, onde ninguém pode ver.

Considerando a situação de rua, é inegável a meu ver, que esses valores deixam de ter uma importância, pois toda necessidade é urgente, e o que pode ser considerado ofensivo ao social, é naturalizado pela população de rua, devido não haver privado nas ruas.

4.3.3 Interações sociais

As relações sociais são importantes para a criação de regras, hierarquias, companhias e a convivência da população em situação de rua. Esses acordos vão sendo reforçados pelo comportamento de cada indivíduo e a simbologia do território (Mayol, 1996). Nesse sentido, é observado nas falas dos entrevistados e na fala dos assistidos nos atendimentos da SUAP/DF que os locais que convivem diariamente, tem a sua organização de funcionamento com punições e consequências por conta de condutas.

O entrevistado 3 disse que antes da entrevista tinha tomado um tapa no rosto porque abusou com um dos líderes do local onde fica e demonstrava chateação:

Levei um tapão na cara hoje, vou chamar a AGTOP pra tirar todo mundo de lá agora. Lá do quadrado. Lugar só de tráfico. Tomei um tapão porque eu assoviei. Ele vai me pedir perdão, mas não quero perdão dele, não. Pede à AGETOP. Vai pegar a pedra dele todinha.

O entrevistado 3 disse que apesar desses conflitos rotineiros há um respeito pelas coisas um dos outros e que ninguém mexe nos carrinhos de mercado alheios. É importante pensar que eles sabem bem das dificuldades de cada um em ter os seus pertences, como latinhas, roupas e cobertores.

Fez-me refletir sobre os atendimentos que atuei das ações itinerantes da SUAP/DPDF, em que ouvi algumas vezes os usuários reclamarem da AGEFIS (Agência de Fiscalização do Distrito Federal) simplesmente abordá-los nas madrugadas frias e levarem os seus colchões e cobertores, como se fosse um roubo, pois as coisas são pertences deles.

Ao ser abordado o assunto sobre as interações sociais, a entrevistada 2 trouxe a questão da sexualidade, sobre ela sentir que pelo fato de ser mulher em situação de rua, é mais perigoso:

É. Lá com certas pessoas, me sinto mais segura. Agora quando eu vejo que já tá vindo pessoas diferentes, eu fico ligadona.

Tiene (2004) fala sobre o desafio do gênero feminino em um ambiente cheio de riscos como estupro, prostituição, violência, se distancia do que é pregado culturalmente de um ambiente protetor para uma mulher e que muitas vezes essas pessoas procuram companheiros como uma forma de sobrevivência. Sendo a entrevistada 2 homossexual, o risco é maior, pois a sua companheira também é mulher.

A entrevistada fala sobre como considera a sua vida sexual saudável e ativa e expressa diversão em falar sobre o assunto:

Entrevistadora: Você está solteira agora?

Entrevistada 2: Ontem eu arrumei um namorado.

Entrevistadora: Homem?

Entrevistada 2: Amigo, né? Fui pra motel com ele e uma amiga. Só de farra (tosse forte). Fiquei muito feliz. E eu falei pro meu amigo, eu quero é ela, não é você não. Homem não.

Continuando na questão sexual, o entrevistado 1 disse ser sozinho e o entrevistado 3 relatou ser casado há 11 anos, mas prefere ficar na rua com os amigos e que assumiu quatro

filhos da esposa, que sofre de esquizofrenia. Ele é o único que tem filhos e falou deles com carinho. Ele contou, também, sobre os relacionamentos de alguns conhecidos da rua em que há muitas trocas e abandonos, o que pode enlouquecê-los, principalmente as mulheres.

Dos atendimentos feitos na SUAP/DPDF pude observar vários casos de rompimentos afetivos e, conseqüentemente, sofrimento intenso e problemas de saúde mental como motivo de situação de rua.

O entrevistado 1 relatou que ficar sozinho é uma opção, porque a rua é um lugar perigoso, complicado para se ter amizade e confiança. A entrevistada 2 disse ter uma visão positiva das pessoas, mas que perto dela sempre tem almas sebosas. O entrevistado 3 respondeu, ao ser questionado sobre ter amigos no local onde dorme:

É nada. Só se for... Todo mundo é bom... Eu gosto de todo mundo. Mas ninguém gosta de mim... Só posso contar comigo mesmo.

Essa falta de confiança no outro e a sensação de só poder contar consigo mesmo encoraja-os para uma liberdade individual, o que Rajchman (1985) vai definir como uma libertação para uma vida diferenciada.

Senett (1988) vê a reinvenção dos valores nas interações sociais e o ressignificado das áreas públicas pela população em situação de rua como um rompimento positivo com o sistema, expondo o que é considerado invisível. Nessa configuração, criar novos sentidos é uma forma de experimentar liberdade. E isso é algo que a população de rua faz naturalmente.

4.3.4 Ressignificados de vida

Pessoas em situação de rua sofrem um rompimento social e criam uma nova forma de ser no mundo, o que por meio de suas histórias de vida, rotinas, relações, culturas, constroem

as suas subjetividades (Geertz, 1989). Para Bock, Furtado e Teixeira (1999) essa transformação atuando sobre o mundo, é uma constituição de si próprio.

Aprofundar sobre a visão de mundo e conhecer os conceitos sociais dos entrevistados foram fundamentais para entender o mecanismo de suas subjetividades em relação ao sistema que estão inseridos e o reconhecimento de si próprios dentro desse sistema.

Pensando na questão de como se identificam socialmente, questionei sobre eles estarem com a documentação em dia, como carteira de identidade. Apenas a entrevistada 2 estava com os seus documentos. O entrevistado 1 e 3 não tem documentos de identificação e não fazem questão de tirá-los, o que me remeteu a pensar sobre ser desnecessário para eles se identificarem com documentos devido a formação identitária dos dois ser percebida por eles de forma diferente do Estado, como se não lhe devessem satisfação, pois já se sentem excluídos desse sistema. Di Flora (1987) discute sobre a discriminação pela sociedade em relação às pessoas em situação de rua, o que os marginaliza dessa participação.

Pelas entrevistas e falas dos atendimentos que eu realizei para população de rua na SUAP/DPDF é notório que eles não consideram os direitos e as políticas sociais disponíveis para a população em situação de rua, inclusive a maioria deles conhecem as leis e os locais que podem buscar apoio tanto para documentação, como retirada de benefícios ou abrigos, mas preferem não ir.

Quando eu informei sobre a retirada gratuita da identidade oferecida para pessoas em vulnerabilidade social eles não reagiram com interesse, não perguntaram nem o local.

Hallais e Barros (2015) apontam para o fato de que a maioria dessas pessoas não possuem documentos de identificação, dificulta o atendimento em unidades de atenção básica de saúde ou serviços de auxílio oferecidos pelo Estado. Nos meus atendimentos observados na SUAP/DPDF muitos disseram já terem sido maltratados ou ter sido recusado

atendimento nas redes sociais de políticas públicas como postos de saúde ou CRAS e CREAS.

Quando o entrevistado 1 foi questionado sobre o sistema político, ele respondeu: Essa questão de política social eu avalio sempre um programa que seja aprovado, né? Um projeto que seja cultivado sobre todos, as eficiências públicas que teja aí a mostra do povo pra tá sendo aí, que mostra um trabalho público, que adere a vários tipos de comunidade e uma sociedade sã, única. Não cheguei a ver nenhuma política que deu assim, as vistas toda do homem que deu uma avaliação pública. Na política pública ele deveria tá melhorando da seguinte forma, entendeu? Um conjunto nacional onde que a pessoa passava o projeto entre si um pro outro, né?

É identificado nesse discurso a discussão que Costa (2007) propõe sobre as hierarquias e competições encontradas nas políticas sociais, mesmo em sua diversidade, e a falta de preparação profissional para lidar com esse público, o que atrapalha o caráter prático de aproximação com demandas tão diversas e peculiares dessa realidade.

Wacquant (2001) discursa sobre a população criminalizar esses indivíduos, reforçando políticas públicas repressoras e higienistas que dificultam o vínculo e aproximação para garantia de direitos, o que os prejudica ainda mais.

Todos os entrevistados reclamaram do preconceito social que sofrem diariamente e da abordagem policial hostil. Sentem-se perseguidos e culpados pelos erros da sociedade. O entrevistado 1 relata:

Eu me sinto em uma agregação assim, abstrata, porque o pessoal eles não conseguem tá me aderindo sem me agregar em uma sociedade, uma comunidade normal. Falando assim: que eu posso tá indo e voltando, conversando, e me aderindo pra eu tá mostrando os meus programas, minha eficiência. Mas eles não deixam de forma alguma eu tá me capacitando.

A entrevistada 2 revela:

Aí já vem a polícia, me maltratar. Há, você é sapatão? Vai virar homem. Ué, mas de novo? Toda vez, (fala o nome dela)? Aí você já fica conhecida.

O entrevistado 3 relatou, ao ser perguntado sobre mudança de vida:

Primeiro eu tenho que parar de levar a culpa por tudo e sentir injustiça.

Eu pude constatar por essas revelações, a relevância do preconceito quando se investiga pessoas em situação de rua. A intenção da população e do Estado em negar a existência dessas pessoas, tornando-as invisíveis e demonstrando o quão elas são desagradáveis, causa um sofrimento intenso e muitas vezes, um sentimento de revolta contra esse sistema (Bourdieu, 1997). Essas percepções colaboram com a falta de identificação das pessoas em situação de rua com essa comunidade e desviam a sua inclusão e participação, criando as suas próprias formas de existência no mundo.

Foucault (1984) traz essas resistências ao sistema como atos políticos, posições críticas e a construção de liberdades. Uma das lutas que o autor cita como arte de si é a de dominação política de subjetividade do sujeito, em que envolve o autoconhecimento. É claro observar na fala dos entrevistados e dos observados a pressão dos poderes instituintes que os atravessam, como família, estudo, trabalho, políticas, o que Deleuze (1986) denomina de um dos princípios da analítica do poder. Para Levy (2003) desprender-se dessas forças seria uma busca pela liberdade.

Quando questionei os entrevistados se eles se sentem pessoas livres, todos responderam de forma muito particular. O entrevistado 1 identificou a liberdade dependendo do perigo nas ruas. A entrevistada 2 relatou:

Às vezes. Me sinto presa dentro de mim.

O entrevistado 3 respondeu:

Na liberdade? Sim. Não devendo a justiça. Só Deus.

É interessante notar o conceito de liberdade revelado pelos participantes. O primeiro entrevistado vê a liberdade como uma condição de segurança, a entrevistada 2 vê como uma forma de autodomação e o entrevistado 3 atenta sobre lei e religião. Para Foucault (1994) a prática da liberdade é uma reconstrução do sujeito, uma luta de cada um, que ele nomeia de “técnicas de si”. Mesmo o sujeito sendo considerado um mal governante da sua liberdade, ela só pode ser experimentada por ele em suas relações. Essa autonomia de querer ser livre faz com que a pessoa transforme o poder-saber sem se sujeitar mais, o que seria o encontro com si mesmo (Foucault, 1979).

A sociedade percebe essas práticas de liberdade como transgressão ao sistema e distorcem o conceito de liberdade, não entendendo que são estratégias de sobrevivência de pessoas que não estão encaixadas por diversos motivos ou convidadas para viver no mesmo padrão.

Mesmo com a dificuldade de inclusão social, eu explorei sobre a questão da escolaridade, o que é considerado em nossa cultura o caminho do desenvolvimento para o mercado de trabalho e a segunda instituição de cidadania e formação de identidade. A primeira é a família. O primeiro entrevistado tem 2º grau completo, a entrevistada 2 quase terminou o 2º grau e o terceiro entrevistado tem o ensino fundamental. É interessante como dois deles se interessam pela questão de cursar uma faculdade, em específico na UNB, conforme relato do primeiro:

Tenho 2º grau completo e tentei tá me aderindo na faculdade, mas não deu certo até por causa mesmo da interia (sic) dos estudos pessoais dos outros. Tentei UNB,

Sociologia. A última vez, né? Tentei várias vezes. Tentei Matemática, Português, na época tinha Português, hoje em dia é Línguas Portuguesas, né? Tentei Geografia, tentei muitos outros cursos, mas só que eu não consegui, e por incrível que pareça, a última prova de Sociologia todo mundo tirou 10 e a chamada lá era a partir de 7. Eu consegui tirar 9 por causa de uma pergunta que tinha lá falando assim, do elevador subindo até o 8º andar... Era uma peguinha, mas só que eu não dei conta de responder. Aí eu fiquei ao léus aí tentando tá fazendo a minha faculdade de 3º grau pra mim.

Quando ele me trouxe essa fala, identifiquei humildade e aceitação por se sentir diferente nessa competição arbitrária.

Na fala da segunda entrevistada ela traz que a preocupação em cursar uma faculdade se dá por um motivo rotineiro:

Já pensei em fazer UNB, mas aí eu fico pensando: bate a abstinência.

Observei nesses relatos uma vontade de progredir através dos estudos, o que me levou a refletir que esse pensamento pode ser uma herança da estrutura educacional que ambos tiveram antes da vida nas ruas. Conforme Bueno e Merhy (1997) faz-se necessário explorar se essas pessoas desejam essa possibilidade em razão do poder-saber institucional e hierárquico do que os profissionais consideram como demanda de melhora de vida refletindo em suas prosperações na sociedade.

Quando o entrevistado 1 relata sobre ter um curso superior, ele termina a frase apresentando uma questão de status para com os amigos antigos, e não, uma forma de se ter uma profissão e mudar sua condição:

Moça, pros meus amigos principalmente, na época eu era residente da QNE 17, lá todo mundo tem 3º grau e era pra mostrar para eles o meu certificado, esse tipo de coisa e não deu certo.

A entrevistada 2 não vai além de imaginar uma melhoria de vida, sendo que ela afirma que não conseguiria estudar por conta do vício em álcool. Então, nota-se que há várias outras demandas a serem resolvidas antes de se tentar entrar realmente nas forças instituintes da sociedade. Isso mostra um rompimento legítimo social.

Quando questionei o futuro ou os sonhos dos entrevistados, todos falaram sobre a mudança de vida, a saída das ruas, mas tiveram dificuldade em traçar um caminho ou uma motivação para essa realização. O entrevistado 1 respondeu:

Olha, eu tenho um sonho na vida que é tá me residenciando, entendeu? E tá comprando a minha residência no Canadá, no norte dos Estados Unidos. É outro país. Tenho o sonho de ter uma casa branca lá no EUA. E tá vestindo uma roupa da Adidas da Alemanha.

Quando Flora (1987) fala da pressão do capitalismo como formador de identidades, é observada nessa resposta, uma visão capitalista como forma de inclusão social.

A entrevistada 2 respondeu fortemente, me encarando:

Entrevistadora: Você pretende um dia na sua vida, mudar tudo, fazer uma reviravolta?

Entrevistada 2: Todo dia eu penso nisso.

Entrevistadora: Falta o que?

Entrevistada 2: Só tá dependendo de mim.

O entrevistado 3 respondeu, pontual:

Quero mudar de vida e sair dessa rua.

Essas expectativas revelam um desejo de redirecionamento nessa luta não só com a sociedade em que estão inseridos, mas com si mesmos.

No final das entrevistas, todos me pediram algo diferente. O entrevistado 1 me pediu dinheiro e ao se despedir me agradeceu pela entrevista e por se sentir ouvido, a entrevistada 2 pediu um isqueiro para acender um fogãozinho que usa e o entrevistado 3, roupas. Quando falei para os entrevistados 2 e 3 que estavam dispensados, eles sumiram rápido pelas ruas.

5. Considerações Finais

“Penso: Se a miséria revolta até as crianças [...]”

(Jesus, 2015, p. 66)

As questões que estruturaram essa pesquisa para melhor compreender as configurações de subjetividade e percepção social de pessoas em situação de rua foram exploradas e aprofundadas com o intuito de conhecer consideravelmente a vida e a dinâmica desses indivíduos.

Nas entrevistas e observações que eu realizei nos atendimentos na SUAP/DPDF, atestei conforme o Decreto N° 7.053, da Presidência da República, que caracteriza e define a população em situação de rua de forma diversificada, que os entrevistados encontravam-se nesse perfil heterogêneo e dentro dos aspectos estabelecidos, devido cada um possuir histórias de vida e motivos diferenciados um do outro, o rompimento e fragilidade de vínculo familiares intensos, desfavorecimento econômico, ora com moradias fixas ora em movimentação pelas ruas e utilização de logradouros públicos.

Verifiquei que os motivos da situação de rua de cada um são diversos, mas de fato se baseiam em alguma forma de rompimento, seja familiar, afetiva ou social, conforme Bulla, Mendes e Prates (2004) sustentam sobre as rupturas consecutivas na história de vida dessas pessoas, que carregam um sofrimento intenso.

Quando Morrison (2009) e Dibben, Atherton, Doherty e Baldacchino (2011) apontam sobre os perigos, discriminação, dificuldades sociais, uso de álcool e drogas e problemas de saúde como riscos de se viver na rua, todas essas questões são percebidas de forma explícita tanto nos relatos dos entrevistados quanto nas demandas dos assistidos nas ações itinerantes e atendimentos da SUAP/DPDF.

Trabalhando diretamente com as redes sociais e políticas públicas nos atendimentos psicossociais da SUAP/DPDF eu convivo com a dificuldade em sensibilizar pessoas que fazem esses serviços, na tentativa de resolver as demandas, devido à imensa quantidade de usuários e obstáculos encontrados pelo Estado em oferecer real ajuda a pessoas em situação de rua. Percebo que muitas vezes, apesar de me deparar com trabalhadores dispostos, a maioria encontra-se estressada ou frustrada com esse serviço. Frangela (2009) discute sobre o ambiente competitivo, hierárquico e a comunicação turbulenta entre as instituições de políticas sociais, que ainda não conseguiram alcançar esse público de forma eficiente.

Mesmo com diversas políticas públicas, ainda me parece um pouco fantasiosa a ideia de ajuda do Estado para com a população de rua. Quando os entrevistados me relatam sobre a AGEFIS levarem os seus cobertores e colchões ou a polícia que os hostilizam e agredem, a ideia de higienização mostra-se muito real e distante da integridade e dignidade para cada pessoa como determina o Artigo XXII da nossa Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Eu entrei em campo com certa ingenuidade da concepção de rompimento social como uma liberdade até mesmo desfrutada das pessoas em situação de rua, em relação à sociedade escrava dos poderes-saberes institucionais. Mas não foi com essa realidade que me deparei nas entrevistas e observações. Encontrei uma luta dura cotidiana que traz esse rompimento e essa liberdade para eles, um sofrimento pesado que arrastam sobre as suas histórias de vida e um desejo intenso de melhorias de vida, mas sem caminhos planejados ou motivação.

Acredito ser necessário maior aprofundamento da teoria dos caminhos de si de Foucault (1984) para conseguir relacioná-la com o rompimento, as resistências contra as instituições sociais e a construção de liberdade das pessoas em situação de rua.

Eu não sei dizer se a experiência de eles responderem a entrevista foi benéfica ou prejudicial para eles, devido a provocações de lembranças do passado e direcionamento sobre

o futuro, mas foi uma experiência rica em relação à melhor conhecer os processos de subjetividade dessas pessoas e os seus ressignificados dentro de sociedade.

Acredito que seria interessante a criação de mais projetos nesse sentido, com entrevistas mais aprofundadas, principalmente sobre os efeitos do sofrimento causado pelos vínculos familiares fragilizados em suas relações sociais, com uma quantidade maior de participantes, em que se propicie uma participação com voz ativa à população de rua para que ela possa trazer as melhorias das políticas públicas em atuar de forma mais apta ou ensinar como prevenir diversas questões nas falhas do nosso corpo social. Acredito que o que pude levar de benéfico nesse projeto, foi colocá-los em evidência, sem preconceito, para serem ouvidos, o que eu entendo que deva ser um dos papéis do psicólogo social.

É importante ressaltar a questão de que todos os entrevistados possuem família na qual podem retornar quando necessitam. Esse contexto, de certa forma, os ajuda de modo diferenciado em relação a pessoas em situação de rua que tiveram perdas familiares ou rompimento total dos vínculos, como a maioria dos meus atendimentos na SUAP/DPDF, o que seria, também, um perfil significativo de pesquisar.

6. Referências

- Andrade L. A. G. (2004). O município na política brasileira: revisitando Coronelismo, enxada e voto. In: Avelar L. & Cintra A. O. (Org.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Unesp.
- Baremlitt, G. F. (2002). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari.
- Baremlitt, G. F. (1994). *Compêndio de análise institucional*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.
- Bock A. M. B. Furtado O. Teixeira M. L. T. (1999). *Psicologias*. São Paulo: Saraiva.
- Bock, A. M. B. (2004). A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual. *Psicologia America. Latina [online]*. Retirado de <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2004000100002&lng=pt&nrm=iso>
- Bourdieu P. (1997). Efeitos do lugar. In: Bourdieu P., (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- Bueno, W. S. & Merhy, E. E. (1997). *Os Equívocos da NOB 96: Uma Proposta em Sintonia com os Projetos Neoliberalizantes?* Conferência Nacional de Saúde Online. Temas para Debate II – Descentralização da Gestão da Saúde. Retirado de <<http://www.datasus.gov.br/cns/temas/NOB96/NOB96crit.htm>>.
- Bulla, L. C. Mendes, J. M. R. & Prates, J. C. (Orgs.). (2004). *As múltiplas formas de exclusão social*. Porto Alegre: Federação Internacional de Universidades Católicas: Edipucrs.
- Carneiro J. N., Jr. et al. (1998). *Serviços de saúde e população de rua: contribuição para um debate*. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, Vol. 7.

- Carneiro J. N., Jr., Jesus, C. H.; Crevelim, M. A. (2010). *A Estratégia Saúde da Família para a equidade de acesso dirigida à população em situação de rua em grandes centros urbanos*. Saúde e Sociedade, São Paulo, Vol. 19.
- Conselho Nacional de Assistência Social. (2009). *Resolução, nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social*. Retirado de <file:///C:/Users/Admin/Downloads/CNAS%202009%20-%20109%20-%2011.11.2009.pdf>.
- Condeixa, D. (1995). Ação municipal com a população de rua e as casas de convivência em São Paulo. In: Rosa, C. M. M. (Org.) *População de rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Retirado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.
- Costa, D. (2007). *A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal*. Retirado de http://www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt_bra-int-text-cp.pdf.
- Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009*. Define população em situação de rua. Retirado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm.
- Deleuze, G. (1986) *Foucault*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Introdução: rizoma. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro.
- Dell'Aglio D.D. & Hutz, C. (2000) Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. *Psicologia: reflexão e Crítica*, 17(3), 341-350.

- Deslauriers J. P. (1991). *Recherche qualitative: guide pratique*. Québec (Ca): McGrawHill, Éditeurs.
- Dibben, C., Atherton I., Doherty J. & Baldacchino A. (2011). Differences in 5 year survival after a homeless or housed drugs-related hospital admission: a study of 15-30 years old in Scotland. *Journal Of Epidemiology And Community Health*, London, Vol. 65.
- Di Flora MC. (1987). *Mendigos: porque surgem, por onde circulam, como são tratados?* Petrópolis: Vozes.
- Flick, W. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (J. E. Costa, Trad.). (3a Ed.) Porto Alegre: Artmed.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1984). Sobre a genealogia da ética: uma visão do trabalho em andamento. Em Escobar. C. H. (Org.). *Michel Foucault: O dossier – últimas entrevistas*. Rio de Janeiro: Taurus.
- Foucault, M. (1994). *Ditos e escritos*. Em Daniel D. & François E (orgs.). Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1998). Poder - corpo. Em *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Frangela, S. (2009). *Corpos Urbanos Errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Annablume, Fapesp.
- Guattari, F. (2004). *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida: Idéias & Letras.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan.
- Ghirardi, M. I. G., Lopes S. R., Barros, D. D. & Galvani, D. (2005). Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. Em *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, vol. 9, nº 18.
- Hallais, J. A. & S. Barros, N. F. (2015). Consultório na Rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade. Em *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro.

- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2015). *Atlas de Vulnerabilidade Social dos Municípios Brasileiros*. Brasília: Ipea.
- Jesus, C. M. (2015). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática..
- Junqueira L. A. P. (2000). Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. Em *Revista de Administração Pública*. 34(6):35-45.
- Karvat, E. C. (1996). *Discursos e práticas de controle: falas e olhares sobre a mendicância e a vadiagem* (Curitiba: 1890-1933). (Dissertação de Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Kastrup, V. (2008). O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção In: Castro, L. R., & Besset, V. L. (Orgs.). Em *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ.
- Koller, S. H., & Lisboa, C. (2007). Brazilian approaches to understanding and building resilience in at-risk populations. Em *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 16(2), 341-356.
- Larousse Cultural. (1999). *Dicionário Larousse Cultura da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural.
- Levy, T. S. (2003). *A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Lourau, R. (1975). *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes.
- Magni, C. T. (2006). *Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Porto Alegre: Edunisc.
- Magni, C. T. (1994). *Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. (mimeo).
- Mann, P. H. (1970). *Métodos de investigação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Martins, J. S. (2003). *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus.

- Mayol, P.; Giard, L.; Certeau, M. (1996). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2001). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. Em Minayo, M. C. S (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Minayo M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). Prefeitura Municipal de Recife. Universidade Federal de Pernambuco. Movimento nacional de meninos e meninas de rua. Organização de auxílio fraterno. *Censo e análise qualitativa da população em situação de rua na cidade do Recife*. Recife.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2006). *Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2007). Prefeitura Municipal de Recife. Universidade Federal de Pernambuco. Movimento nacional de meninos e meninas de rua. Organização de auxílio fraterno. *Censo e análise qualitativa da população em situação de rua na cidade do Recife*. Recife.
- Ministério da Saúde. (2012). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua*. Brasília.
- Ministério da Saúde. (2015) *Censo do Sistema Único da Assistência Social (Suas)*. Brasília.
- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000). *Censo demográfico*. Retirado de <[WWW.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.
- Monceau G. (2010). Analyser ses implications dans l'institution scientifique: une voie alternative. Em *Estudos e pesquisas em Psicologia*. Retirado de <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a03.pdf>>.

- Moreira, A. M. F. (2009). *O fim da contravenção de mendicância*. Retirado de <http://www.lfg.com.br>.
- Morrison, D. S. (2009). Homelessness as an independent risk factor for mortality: results from a retrospective cohort study. Em *International Journal of Epidemiology*, vol. 38 pp. 877-883, Londres.
- Neiva-Silva, L., & Koller, S. H. (2002). A rua como contexto de desenvolvimento. Em E. Lordelo, A. M. Carvalho, & S. H. Koller (Eds.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*, p. 205-230. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Olabuenaga, J. I. R. & Ispizúa, M. A. (1989). *La descodificación de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Promulgada em 10 de dezembro de 1948. Retirado de: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>.
- Passos, E. & Benevides, R. (2000). A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. Em *Psic Teor. e Pesq.* Brasília, vol. 16.
- Pastorini, A. (2002). *O círculo "maldito" da pobreza no Brasil: a mistificação das "novas" políticas sociais*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Paulilo, M. A. S. (2007). *A pesquisa qualitativa e a história de vida*. Serviço Social pela PUC-SP. São Paulo.
- Pessanha, N. D. (1995). Perfil da População de Rua. In Rosa, C. M.M. (Org). Em *População de Rua-Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec.
- Piana, M. C. (2009). *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: Unesp.
- Rajchman, J. (1985). *Michel Foucault. The freedom of philosophy*. Nova Iorque.

- Rolnik, S. (1989). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Rosa, C. (2005). *Vidas de Rua*. São Paulo: Hucitec.
- Sennett, R., (1988). *O Declínio do Homem Público: as Tirânicas da Intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Siegel P. & Barros N. F. (2012). Análise sociológica das políticas de saúde. Em *Ciência & Saúde Coletiva*, 17, 6-1375.
- Silva, F. P. Frazão, I. S. & Linhares F. M. P. (2014). Práticas de saúde das equipes dos Consultórios de Rua. Em *Cad. Saúde Pública*. vol. 30, n. 4.
- Silva, M. (2009). *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Silva, Maria Lucia Lopes da. (2006) *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. 220 f. (Dissertação de mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília.
- Simões J. G., Jr. (1992). *Moradores de rua*. São Paulo: Polis.
- Snow, D. & Anderson, L. (1998). *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes.
- Stoffels, M. G. (1977). *Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Tedesco, S. (2003). A natureza coletiva do elo linguagem-subjetividade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(1), 85-89.
- Tedesco, S. (2006). As práticas do dizer e os processos de subjetivação. *Interação em Psicologia*, 10(2), 357-362.
- Tiene, I. (2004). *Mulher moradora de rua entre violências e políticas sociais*. Campinas: Alínea.

- Valencio N. F. L. S., Pavan B. J. C., Siena M. & Marchezini V. (2008). Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização. Em *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 7, 556-605.
- Varanda W. & Adorno R. C. F. (2004). Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. Em *Saúde Soc.*
- Vieira, M. C. Bezerra, E. M. R. & Rosa, C. M. M. (Orgs.). (1994). *População de rua: quem é? Como vive? Como é vista?* São Paulo: Hucitec.
- Wacquant, L. (1999). *As Prisões da Miséria*. Paris: Raisons d'Agir.
- Wacquant, L. (2001). *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Westphal M. F. & Mendes R. (2000). Cidade Saudável: uma experiência de interdisciplinaridade e intersetorialidade. Em *Revista de Administração Pública*, 34(6), 47-62.

ANEXO A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Esta pesquisa tem como título “Uma cartografia da vida cotidiana da população de rua do DF”, foi desenvolvida pela aluna Janaína Coelho Barbosa do Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro de Ensino Unificado de Brasília, Uniceub, sob a orientação do Prof. Leonardo Cavalcante de Araújo Mello, cujo objetivo geral é: entender como a população em situação de rua atribui sentidos em seu modo de vida, tendo como objetivos específicos: (a) conhecer como organizam as suas experiências do dia a dia; (b) investigar assuntos como as suas histórias de vida, visão da dinâmica sócio-cultural que estão inseridos e ressignificações de existência em sociedade; (c) explorar suas interações sociais no contexto de rua.

O desenvolvimento desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender novas configurações de existência em nossa sociedade. A participação do (a) Sr (a) na pesquisa é voluntária e de fundamental importância e, portanto não é obrigada a fornecer as informações. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum prejuízo.

Vale ressaltar que esta pesquisa apresenta riscos considerados “mínimos”, pois os participantes podem ficar inibidos no momento da aplicação da entrevista com a presença da pesquisadora participante, porém eles terão a oportunidade de expressar as suas dúvidas, conforme aponta a Resolução 466/12 do CNS. Quanto aos benefícios, pretende-se ampliar o conhecimento sobre a população em situação de rua em Brasília/DF. Os dados serão coletados através de entrevistas e gravados por um aparelho portátil (celular). Posteriormente os resultados da pesquisa farão parte de um trabalho de conclusão de curso a ser apresentado, defendido e publicado no todo ou em parte em eventos científicos, periódicos e outros, tanto a nível nacional ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, o seu nome será mantido em sigilo.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Vale ressaltar que durante todas as etapas da presente pesquisa serão cumpridas todas as determinações constantes da Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Eu, _____ declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento, assinada por mim e pelos pesquisadores.

Brasília/DF, ____/____/2016.

Prof. Ms. Leonardo Cavalcante de Araújo Mello
Pesquisador Responsável

Participante da Pesquisa/Testemunha

ANEXO B PARECER

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: UMA CARTOGRAFIA DA VIDA COTIDIANA DE MORADORES DE RUA DO DF

Pesquisador: LEONARDO CAVALCANTE DE ARAUJO MELLO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 66672617.3.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.055.437

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa tem como escopo refletir sobre o indivíduo que vive em situação de rua, ou seja, de compreender a subjetividade como um processo de diferentes formas de existir no mundo. Assim, a presente pesquisa possui o objetivo geral de entender como moradores de rua atribuem sentidos em seu modo de vida.

Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, sendo os participantes da investigação indivíduos em situação de rua, adultos, de variadas faixas etárias e ambos os sexos.

Os participantes serão recrutados em locais da cidade de Brasília/Distrito Federal, em organizações que auxiliam a população de rua, como ONGs, Centros de atendimentos, abrigos, comércios, a rodoviária de Brasília e locais considerados invasão pelo governo do DF.

Quanto ao critério de inclusão, o pesquisador informa que serão inseridos moradores de rua que não estar nessa condição apenas por uma circunstância econômica, e sim, problemas familiares, de relacionamentos amorosos ou algum tipo de rompimento, inclusive com a vida em sociedade.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral consiste em compreender como moradores de rua atribuem sentidos em seu modo de vida.

Os objetivos secundários: a) conhecer como organizam as suas experiências do dia a dia; b)

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 2.055.437

investigar assuntos como as suas histórias de vida, visão da dinâmica sociocultural que estão inseridos e ressignificações de existência em sociedade; c) explorar suas interações sociais no contexto de rua.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

No que toca aos riscos, o pesquisador informa que os participantes não estarão expostos a nenhum tipo de risco que interfiram em sua saúde física ou mental. Os possíveis riscos que possam surgir dizem respeito à manifestação de sentimentos ou emoções causados por lembranças ou à autopercepção durante o processo de entrevista.

Caso ocorram essas manifestações, os participantes estarão amparados pelo responsável da pesquisa que pode encaminhá-los para o Cenfor, Centro de Formação de Psicólogos do Uniceub, onde eles podem ter atendimento de apoio psicológico e, também, podem contar com os profissionais capacitados da equipe. Com efeito, trata-se de uma pesquisa com risco mínimo na medida em que implica tão somente a aplicação de um questionário a participantes que, conforme os dados do protocolo, não apresentam uma condição específica de vulnerabilidade. Sendo assim, a pesquisa não acarreta para o participante risco maior que os encontráveis na prática dos atos ordinários da vida cotidiana.

Quanto aos benefícios, o pesquisador enuncia que haverá uma troca de saberes e informações, bem como aprofundamento da sua visão sócio-político-cultural e a valorização do indivíduo, mediante o reconhecimento da importância da sua subjetividade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa proposta apresenta relevância social e acadêmica, porquanto trata do estudo da subjetividade de pessoas em situação de rua.

A pesquisa apresenta cronograma e orçamentos adequados do ponto de vista ético.

O instrumento que será aplicado aos participantes revela-se adequado, trata-se de entrevista estruturada, ou se necessário rodas de conversa, sobre suas histórias de vida, percepções políticas e sociais, visão de inclusão e exclusão, valores, sonhos e autoanálise.

O currículo do pesquisador responsável está em consonância com a pesquisa a ser executada.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 2.055.437

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A Folha de Rosto encontra-se devidamente preenchida e subscrita.

Considerando que a pesquisa não será realizada em um local específico, não há Termo de Aceite Institucional.

O TCLE apresenta linguagem adequada, bem como seu conteúdo contém todos os elementos exigidos, salvo quanto aos apontados abaixo, em Recomendações.

Recomendações:

Recomenda-se:

a) Revisão do cronograma da pesquisa, para que as datas das coletas de informações ocorram após a aprovação da pesquisa.

b) Inserção do TCLE da referência à Resolução nº 510, de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, substituindo a alusão à Resolução nº 466, de 2012, bem como a breve explicação sobre o que é o CEP, bem como endereço, e-mail e contato telefônico do CEP local e, quando for o caso, da CONEP; e a informação de que o participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

O CEP-UniCEUB ressalta a necessidade de desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o protocolo avaliado e aprovado, bem como, atenção às diretrizes éticas nacionais quanto aos incisos XI.1 e XI.2 da Resolução nº 466/12 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto:

XI.1 - A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais.

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

c) desenvolver o projeto conforme delineado;

d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;

e) apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento;

f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa;

g) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e

h) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Observação: O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 2.055.437

evento. O modelo do relatório encontra-se disponível na página do UniCEUB

http://www.uniceub.br/instituicao/pesquisa/ins030_pesquisacomitebio.aspx, em Relatório de Finalização e Acompanhamento de Pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa se encontra apta a ser iniciada.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado pelo CEP-UniCEUB, com parecer n. 2.054.973/17, tendo sido homologado na 6ª Reunião Ordinária do ano, em 28 de abril de 2017.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_886728.pdf	31/03/2017 11:10:12		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_comite_janaina.docx	31/03/2017 11:10:00	LEONARDO CAVALCANTE DE ARAUJO MELLO	Aceito
Folha de Rosto	Frosto_janaina.pdf	31/03/2017 11:09:34	LEONARDO CAVALCANTE DE ARAUJO MELLO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Janaina.docx	30/03/2017 15:12:52	LEONARDO CAVALCANTE DE ARAUJO MELLO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 10 de Maio de 2017

Assinado por:
Marília de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador)

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br